



32 encerrando as apresentações seguiu-se para o primeiro ponto de pauta, que  
33 consistia na leitura e aprovação da Ata da XXIII reunião, por solicitação e  
34 procedimento foi feita a leitura da ata onde sugeriram atualizar os nomes das  
35 instituições dos membros que pertenciam aos órgão que se unificaram  
36 recentemente, sendo assim, membros anteriormente identificados como  
37 pertencentes do AguasParaná agora passam a ser identificados como pertencentes  
38 ao Instituto Água e Terra, sem mais sugestões de alterações a ata foi aprovada.  
39 Seguindo a pauta a reunião iniciou a proposta de alteração da resolução SEMA  
40 044/2018, Mônica Irion Almeida – COPEL, questionou em qual formato seria  
41 apresentado essa alteração, Bruno Tonel Otsuka – Instituto Água e Terra, informou  
42 que após finalizado as alterações a proposta será encaminhada para a Assessoria  
43 Jurídica da SEDEST que poderá indicar de qual forma a proposta será apresentada,  
44 seja por resolução secretarial ou por resolução do próprio conselho. Foi sugerido  
45 que seja feita uma recomendação a Assessoria Jurídica indicando que os membros  
46 da Câmara entendem que a resolução deverá ser do CERH. Iniciando os trabalhos  
47 na minuta, Gabriela Reis Piazzetta – Instituto Água e Terra, sugeriu alterações no  
48 corpo do texto, iniciando pelo Art. 2º e inciso I, acrescentando no texto possíveis  
49 contaminações das águas subterrâneas. Enéas S. Machado sugeriu que as  
50 alterações gerais de correção textual ou de termos sejam feitas posteriormente para  
51 agilizar os trabalhos, sendo necessário uma nova leitura após feitas as  
52 modificações. Bruno Tonel Otsuka – Instituto Água e Terra, apresentou uma  
53 proposta de inclusão no Art. 2º, sendo assim foi acrescido mais um inciso no artigo.  
54 Foi apresentada nova redação referente ao inciso I do Art. 3º, porém de acordo com  
55 os membros esse inciso necessita de mais alterações em sua redação. Nicolas  
56 Lopardo – SANEPAR, ficou com o compromisso de trazer a sugestão de alteração.  
57 Houve grande discussão sobre o termo “risco elevado” presente em algumas partes  
58 da resolução, no sentido de necessidade de definição da métrica de constatação e  
59 parâmetros para essa constatação, sendo necessária melhor análise desse termo no  
60 texto. Quando houve a leitura do Art. 5º, foi questionado a pertinência do inciso III,  
61 que se referia a competência do Ministério Público para solicitar a outorga de áreas  
62 críticas, nesse sentido o Dr. Leandro E. A. Assunção – MP/CAOPMAHU se

63 manifestou sinalizando que redação é pertinente e salientando que o Ministério  
64 Público tem maior capilaridade para atendimento deste tipo de ocorrência, inclusive  
65 informou aos membros como se dá o funcionamento das instâncias do Ministério  
66 Público e como se encaixaria o tema dentro da especificidades e com a nova divisão  
67 dos GAEMAs, no entanto precisou se ausentar devido à outra reunião. Em seguida  
68 foi redigido um novo parágrafo ao Art. 6º. Enéas S. Machado – IAT, solicitou uma  
69 apresentação do Técnico Tiago Martins Bacovis – Instituto Água e Terra, de como  
70 se realiza os casos de alocação negociada, tema esse do art. 6º. Devido ao  
71 adiantado da hora, foi acordado que os trabalhos prossigam nas próximas reuniões.  
72 O Secretário-Executivo João Batista Campos, informou as datas estimadas da  
73 próxima reunião ordinária do CERH, bem como salientou os prazos que deveriam  
74 ser cumpridos caso a Câmara Técnica tenha interesse em apresentar a proposta de  
75 alteração próxima Reunião Ordinária. Foi deliberado que a próxima reunião ocorrerá  
76 no dia 11/03/2020 (onze de março de dois mil e vinte) às 08h30 (oito horas e trinta  
77 minutos), sem mais assuntos para serem deliberados, às 12h05 (doze horas e cinco  
78 minutos) se encerrou a reunião.  
79  
80 Curitiba, 04 de março de 2020.